

Transferências mais recentes e guias clube-a Clube para cada equipe da Premier League, La Liga Bundesliga (Liga 1)

Fiscal especial pede à corte de apelação que restabeleça o caso criminal de Donald Trump

Os promotores do Conselho Especial solicitaram a um tribunal federal de apelação, às segundas-feiras, para reinstaurar o caso criminal de Donald Trump **365 brasileiro** relação à **365 brasileiro** manutenção de documentos classificados, argumentando que o juiz da vara era errado ao descartar as acusações com base na violação constitucional americana no processo de nomeação do seu time de promotores.

A submissão do pedido pelo Conselho Especial, Jack Smith, marca o início de uma batalha jurídica provável que seja prolongada e que chegue ao Supremo Tribunal dos EUA, com ela, a validade não apenas do caso de documentos, mas do caso criminal de Trump **365 brasileiro** Washington.

Em mais de 81 páginas, os promotores argumentaram que a juíza distrital Aileen Cannon errou ao descartar as acusações com base na nomeação ilegal do Conselho Especial, reclamando que ela ignorou decisões judiciais anteriores e mal interpretou pelo menos quatro estatutos que autorizaram a nomeação de Smith.

O pedido ao Tribunal de Apelações dos EUA para o 11º Circuito apenas inicia um processo que pode levar meses ou potencialmente anos para ser resolvido, à medida que os promotores tentam reanimar seu caso contra Trump que uma vez parecia o mais legalmente perigoso para o ex-presidente.

A decisão surpreendente de Cannon para descartar o caso de documentos classificados baseou-se **365 brasileiro** uma distinção chave - **365 brasileiro** comparação com outros Conselhos Especiais - que Smith havia sido trazido do exterior e não era um funcionário do Departamento de Justiça confirmado pelo Senado quando foi nomeado para liderar os casos de Trump.

"Como o exercício de poder de promoção especial de Smith não foi autorizado por lei, o tribunal não vê outra forma a seguir além da descarga da acusação acusatória", escreveu Cannon **365 brasileiro** sua sentença.

Mas os promotores argumentaram **365 brasileiro** seu recurso que Cannon estava errada ao se concentrar se Smith era um funcionário existente do Departamento de Justiça ou se ele havia sido confirmado pelo Senado, porque o procurador-geral tem ampla autoridade para nomear promotores sob a lei federal.

"De acordo com o cláusula de nomeação," escreveram os promotores, "o Congresso pode investir um chefe de departamento com o poder de nomear um oficial inferior. Aqui, o Congresso autorizou o procurador-geral, por lei, a nomear como um oficial inferior o conselho especial."

Os promotores também argumentaram que Cannon estava errada ao rejeitar quatro estatutos que eles haviam alegado permitiram que Smith liderasse as investigações criminais de Trump. O desentendimento sobre os quatro estatutos, que foi litigado durante uma audiência incomum de múltiplos dias **365 brasileiro** um tribunal distrital federal **365 brasileiro** Fort Pierce antes de Cannon descartar o caso, é provável que esteja no centro do processo de apelação que pode levar meses ou anos.

Os promotores argumentaram **365 brasileiro** seus pedidos, por exemplo, que a Seção 515 do Título 28 do Código dos EUA permite que um funcionário do Departamento de Justiça dos EUA conduza procedimentos legais quando "especialmente dirigido pelo procurador-geral por lei".

Cannon discordou **365 brasileiro 365 brasileiro** decisão de que a Seção 515 permitisse que o procurador-geral nomeasse quem quisesse, escrevendo que ela entendia "por lei" para significar apenas os oficiais existentes do Departamento de Justiça, nomeados para seus cargos sob lei estatutária - não apenas regulamentos internos de conselheiros especiais - podem atuar como promotores especiais.

Os promotores também argumentaram que a Seção 533, que diz que o procurador-geral pode nomear funcionários para detectar e processar crimes contra os Estados Unidos, deu a Merrick Garland o poder de nomear Smith como conselheiro especial para os casos de Trump.

Cannon também discordou disso, julgando que a Seção 533 estava relacionada à contratação de funcionários do FBI e a interpretação dos promotores permitiria que o procurador-geral instalasse promotores especiais com o poder de promotores dos EUA sem eles terem que passar pelo processo de confirmação do Senado.

Informações do documento:

Autor: symphonyinn.com

Assunto: 365 brasileiro

Palavras-chave: **365 brasileiro - symphonyinn.com**

Data de lançamento de: 2024-09-14